

ASPETOS SOBRE O CONJUNTIVO NO PORTUGUÊS DE ANGOLA

Maria João MARÇALO⁷⁴
João Muteteca NAUEGE⁷⁵

RESUMO

A reflexão sobre o uso do conjuntivo em Angola apresenta algumas particularidades que o português de/em Angola vai tomando, o artigo foca aspetos em que o uso do conjuntivo se distancia cada vez mais do consagrado no Português padrão europeu, havendo assim uma tendência crescente de as formas tidas como desviantes se tornarem mais recorrentes, sendo usadas quer por pessoas menos escolarizadas quer por pessoas com aceitáveis níveis de escolaridade.

PALAVRAS-CHAVE: Modo; Conjuntivo; Indicativo; Português em Angola

1. Breve excursão sobre o português em Angola

O Português chega a Angola com a colonização do território que é hoje Angola, nos finais do século XV, 1482. Com o desembarque dos primeiros navegadores a foz do rio Congo, começaria, assim, a ser construído um cenário político da colonização do atual território angolano, que por sinal, veio a prolongar-se até meados do século XX, portanto, 1975.

Tendo sido o Português a língua de colonização, assistiram-se a políticas impositivas no seu ensino e conseqüente expansão, dando lugar ao processo de regressão das línguas africanas angolanas, com vista à assimilação cultural e linguística de tudo que era português (língua, política e cultura) e desassimilação de língua e culturas africanas de Angola, criando-se o estatuto de “assimilado” para quem assim procedesse, ou seja, quem aderisse à língua e a cultura portuguesas e negasse a sua identidade africana de forma radical, passava a ter o estatuto de assimilado, conseqüentemente usufruía de algumas benesses com o seu novo estatuto.

74 Universidade de Évora, Departamento de Linguística e Literaturas. Largo dos Colegiais, 2, 7000. Évora, Portugal. E-mail: marcalomaria@gmail.com

75 Contato: nauegejoaonauege@yahoo.com.br

As medidas coercivas passaram a ter um respaldo legal, com o então Governador de Angola, Norton de Matos, em 1921, tendo decretado a proibição da fala das línguas africanas de Angola, ou línguas indígenas, como também eram chamadas, em todos os atos, salvo raras exceções, se o seu uso fosse para a disseminação do ensino do Português, diploma legislativo⁷⁶ do qual recuperamos alguns excertos:

(...) Art.2º Não é permitido ensinar nas escolas das missões línguas indígenas.

Art.3º O uso da língua indígena só é permitido em linguagem falada na catequese e, como auxiliar, no período do ensino da língua portuguesa.

1º § É vedado na catequese das missões, nas suas escolas e em quaisquer relações com os indígenas o emprego das línguas indígenas por escrito ou de outra língua que não seja a portuguesa por meio de folhetos, jornais, folhas avulsas e quaisquer manuscritos.

2º § Os livros de ensino religioso não são permitidos noutra língua que não seja a portuguesa, podendo ser acompanhado o texto português de uma versão paralela em língua indígena.

3º § O emprego da linguagem falada a que se refere o corpo deste artigo e o da versão em língua indígena, nos termos do parágrafo antecedente, só são permitidos transitoriamente e enquanto se não generalize entre os indígenas o conhecimento da língua portuguesa, cumprindo aos missionários substituir sucessivamente e o mais possível em todas as suas relações com os indígenas e na catequese as línguas indígenas pela língua portuguesa.

O fardo herdado da colonização (assimilação do português e desassimilação das línguas africanas de Angola, maioritariamente bantu), ainda é visível, fruto de o Português mesmo com a independência de Angola, ter visto o seu estatuto de língua oficial⁷⁷ reconhecido, por um lado; devido ao multilinguismo e a diversidade cultural de Angola, por outro; por ser a língua que fora durante séculos adotada como de escolarização e de contacto com o exterior.

76 Decreto nº 77, de 9 de Dezembro de 1921: Boletim Oficial de Angola, nº 50, 1ª série

77 Outra situação que concorreu para o aumento do número de falantes de Português foi a *massificação do ensino*. No período que se seguiu à proclamação da independência (...), o ensino tornou-se gratuito, facto que terá motivado uma grande afluência às escolas e, por esta razão, um aumento considerável dos falantes de Português. (Cf. Cabral, 2005:1. Dissertação de Mestrado em Linguística, FLUL, Universidade de Lisboa).

(...) Embora o Português goze de um estatuto de supremacia, tendo em conta que se assume como a língua oficial do País, relegando para segundo plano as demais que com ele coabita. Seja qual for o estatuto que se possa atribuir a estas línguas vulgarmente conhecidas como “línguas nacionais”, elas são funcionais e desempenham um papel fundamental para a comunicação dos povos, ajudando também na manutenção e preservação do património e da identidade cultural das comunidades bantu e não bantu do País. (Cf. Naugege, 2015:7. Dissertação de Mestrado em Linguística, FCSH, Universidade Nova de Lisboa).

Atualmente, o prestígio que o Português ganhou, por razões acima expostas, não coíbe as autoridades angolanas de adotarem uma política, mais ou menos, protecionista, em relação às línguas africanas de Angola, com a sua inserção no sistema de ensino, mesmo que se verifique de modo incipiente, mas é um facto assinalável por vir a contribuir para a promoção das línguas africanas de Angola.

Assim, dada a diversidade linguística, numa primeira fase, foram escolhidas as línguas africanas (bantu) maioritárias, também designadas de línguas nacionais: Kikongo, Kimbundu, Umbundu, Cokwe, Kwanyama, Nganguela/mbunda, etc.

Já nos parece ser consensual por parte de diversos linguistas angolanos, e não só, nos seus estudos considerarem ou reconhecerem um rumo diferente que o português falado em Angola vai tomando, que, aos poucos se vai distanciando da norma padrão-europeia, fruto de uma dinâmica sociolinguística, quer no léxico, na morfossintaxe, na fonética e na semântica.

Cunha e Cintra (1984:24) já se pronunciaram a respeito da variedade do português falado em Angola:

(...) Trata-se de um português com base na variedade europeia, mas mais ou menos modificado, sobretudo pelo emprego de um vocabulário proveniente das línguas nativas, e a que não faltam algumas características próprias no aspeto fonológico e gramatical. (...) Características (...) divergem de região para região, ainda não foram suficientemente observadas e descritas, embora muitas delas transpareçam na obra de alguns dos modernos escritores deste país.

De entre os angolanos podemos nos referir a Mingas (1998), do contubérnio havido entre o português e diversas línguas de Angola “(...) resultou ou mais precisamente, está a resultar desse contacto, mais concretamente, o português de Angola”, p.114; Cabral (2005) “Nos últimos 30 anos provavelmente porque mais angolanos falam Português do que até à data da independência, (...) parece acentuar-se o distanciamento da variedade angolana do Português relativamente à variedade europeia”, p.2; e Costa (2006) “centrando-se tal variante na respeitabilidade do regime lógico-gramatical vigente, no domínio da língua portuguesa, caracteriza-se, (...), por incorporação na sua estrutura de marcas lexicais originárias das línguas bantu”, p.49; e tantos outros reconhecem, nestes termos, os contornos que o Português tem ganhado em Angola fruto de interferências linguísticas das línguas bantu.

2. Descrição sobre o Conjuntivo

O conjuntivo em Latim língua da qual o português proveio e herdou inúmeros paradigmas gramaticais está suficientemente documentado, a ponto de ter sido definida a sua taxinomia e usos específicos em:

Potencial ou de possibilidade, no qual se apresenta a ação como possível; equivale a uma afirmação atenuada.

(74) *Forsitan quis dixērit.*

Talvez alguém diga.

Optativo, com o qual se exprime o desejo, podendo ser realizável ou irrealizável.

(75) *Ad quam (senectūtem) utinam perveniātis.*

Oxalá chegueis a ela.

(76) *Velim Mihi ignoscas*

Queria que me pudesses perdoar (podes fazê-lo).

(77) *Utinam Sulpicius vivēret!*

Oxalá Sulpício vivesse ainda! (mas não vive).

(78) *Vallem Socrātes adesset.*

Queria que Sócrates estivesse presente (mas não é possível).

Dubitativo ou deliberativo, com o qual se indica a incerteza sobre o que deve fazer-se.

(79) *Na ego non provideam meis civibus.*

Não hei-de eu olhar pelos meus concidadãos?

(80) *Quid facērem?*

Que havia eu de fazer?

Exortativo, com este suprem-se as formas que faltam ao imperativo, indicando ordem e proibição.

(81) *Amēmus patriam*

Amemos a pátria.

(82) *Ne dixēris. Ne faciat*

Não digas. Não faça (ele).

Por oposição ao indicativo, o conjuntivo em Latim é associado ao irreal, ao potencial, ao desejável, à ordem e ao eventual, semelhantemente valores que o conjuntivo em língua Portuguesa também herdou.

Figueiredo e Almendra (1977:216) dão-nos conta de que o conjuntivo *é o modo que traduz o desejo, a dúvida, o conhecimento que temos por ouvir dizer, tudo o que é hipotético*.

Na passagem evolutiva do Latim para o Português, convenhamos recordar, do Latim clássico para Latim vulgar e deste para o Português, houve mudanças substanciais nalguns paradigmas gramaticais. Se no Latim o conjuntivo veiculava, ou, simplesmente traduzia o desejo, o hipotético e o irreal; em Português o conjuntivo também traduz o desejo, o hipotético, o irreal e o real (valores de verdade), nalguns casos, por exemplo, com verbo factivo (*lamentar*) e em construções concessivas (*embora*).

(83) *Lamento que estejas doente.*

(84) *Embora seja domingo, o Paulo está a trabalhar.*

Com o verbo factivo (*lamentar*) e a conjunção concessiva (*embora*), era expetável que o predicado e a conjunção pedissem o indicativo e não o conjuntivo, por se tratar de factos reais que são asseridos nas construções, sendo [+asserção] nas duas construções e não [-asserção].

Ressalte-se que as frases (83) e (84) são casos do português que não se coadunam com o paradigma da seleção modal do Latim, ou seja, no Latim seleciona-se o indicativo quando a proposição é [+ real, +assertiva, +verdadeira] e seleciona-se o conjuntivo quando a proposição [-real, -assertiva, -verdade].

Parece-nos ser uma hipótese a considerar, que, a variação na seleção do conjuntivo em Português em contexto em que em Latim apenas se selecionaria o indicativo, pode explicar-se como resultado da lenta transformação do latim clássico para Latim vulgar e deste para Português, processo do qual resultaram muitas línguas novilatinas com características próprias, cujos alguns paradigmas foram suprimidos e outros tendo-se mantido intactos.

A respeito dos tempos verbais Matoso Camara Jr. (1979:132) observa que: “o sistema do subjuntivo latino apresentava quatro tempos, dois imperfeitos e dois perfeitos, na passagem para Português, conservaram-se alguns tempos, outros tomaram novas funções e alguns deixaram de existir”.

Matoso Camara Jr. (1985) afirma também que há “uma forte e acentuada tendência para a redução da área de emprego do subjuntivo”, isto por haver uma variação livre, nalguns casos.

(85) *Espero que venhas.* [conjuntivo]

(86) Espero que *virás*. [indicativo]

(87) Esperava que *viesses*. [conjuntivo]

(88) Esperava que *virias*. [condicional]

De acordo com o autor, há uma diferenciação que se pode considerar de base em termos funcionais entre o conjuntivo em Latim e em Português, neste último, são reconhecidas as formas de conjuntivo como não sendo autónomas, estando sempre subordinadas às formas de orações matriz; embora reconheça o uso do conjuntivo em orações independentes, Matoso Camara Jr. afirma também que ao se expressar o desejo, a dúvida, a hipótese ou a possibilidade, tal facto ocorre “no âmbito de uma comunicação dependente de outra nela contida” (p.133).

O posicionamento de Matoso Camara Jr. decorre do facto de considerar que o uso do conjuntivo em Português, particularmente, já se terá tornado numa “*servidão gramatical*” (1968), pois não marca quaisquer valores semânticos, considerando que também se podem veicular as características modais do conjuntivo com o uso do indicativo:

(89) *Suponho que seja verdade*. [conjuntivo]

(90) *Suponho que é verdade*. [indicativo]

Fonseca (1970)

A autora no seu estudo procura algumas particularidades que o conjuntivo apresenta no panorama modal do português, particularidades estas que o distinguem dos demais modos. Fonseca põe em causa a existência autónoma do conjuntivo, surgindo apenas para preencher uma função sintática em que as subordinadas dependem das subordinantes, neste caso, o conjuntivo é obrigatório, ideia que defende com as seguintes construções:

(91) *É bom que estejas aqui*.

(92) *Estás aqui, é bom*.

Na visão da Fonseca (1970:165), os exemplos supra são equivalentes, ou melhor, o significado é igual, quer dizer, o modo conjuntivo expresso na primeira frase (91) representa apenas a dependência sintática, subordinada-subordinante, não passa de uma forma vazia.

No seguimento das suas considerações, a autora afirma que nas orações subordinadas completivas, onde o conjuntivo ocorre com valor modal, o seu valor é mesmo virtual, pois em muitas dessas construções (completivas de verbos) significa ordem, proibição, exortação, permissão e desejo.

No seu estudo, Fonseca observa a possibilidade de muitos dos valores do modo conjuntivo estarem associados a um valor que pode considerar-se comum, nestes termos (1970:164,165):

O conjuntivo começou por estar vinculado, pelo seu significado modal, à expressão de situações reais de dependência; depois generalizou-se o seu uso como expressão da dependência linguística, que pode ou não corresponder a uma dependência lógica, nos casos em que corresponde, conserva-se em maior ou menor grau, o seu valor modal tendo portanto o conjuntivo o conteúdo significativo; nos casos em que não corresponde, é uma mera forma esvaziada de conteúdo, que exprime uma relação sintáctica de dependência.

Recorrendo a outras construções *infra*, a autora sugere que a ocorrência do conjuntivo em orações simples deve ser interpretada como uma ocorrência de orações subordinadas a um verbo que expresse as ideias precedentes, mesmo que esse verbo não apareça realizado.

(93) *Ele procura um livro que trata disso.*

(94) *Ele procura um livro que trate disso.*

É clara a associação do conjuntivo à virtualidade, distinguindo-se de outros modos verbais do Português. É relevante lembrar, a autora explica que o uso obrigatório do conjuntivo em subordinação sintática se deve ao facto de o verbo no conjuntivo veicular meramente um valor de virtualidade.

Nas duas frases (subordinação), podemos ter duas interpretações diferentes, à luz do exposto anteriormente quanto aos valores do conjuntivo e do indicativo. Na primeira frase (93) trata-se de um livro que realmente existe, factual, e no segundo exemplo (94) o valor é virtual, potencial ou hipotético por se desconhecer se realmente “o livro que trate disso” existe ou não.

Cunha e Cintra (1984)

O nome conjuntivo provém do latim “*conjunctivus*” que serve para ligar, denotando uma ação ainda não realizada, que se concebe como ligada a outra, expressa ou que se subentende (Cunha e Cintra, 1984: 464).

Cunha e Cintra (*ibidem.*) assumem que “o conjuntivo é o modo exigido nas orações que dependem de verbos cujo sentido está ligado à ideia de ordem, de proibição, de desejo, de vontade, de súplica, de condição e outras correlatas”. A título de exemplo, temos os verbos *desejar, duvidar, implorar, lamentar, negar, ordenar, pedir, proibir, querer, rogar, e suplicar*”.

O conjuntivo independente emprega-se em orações absolutas, em orações coordenadas ou em orações principais, o conjuntivo pode exprimir:

(96) Um desejo (*queira* Deus que dê certo).

(97) Uma ordem (*paguem* tudo que foi consumido).

(98) Uma dúvida, geralmente precedido do advérbio talvez (Talvez *viva* em Luanda por muito tempo).

(99) Uma proibição (não *acendam* o fogareiro).

O conjuntivo subordinado é por excelência o modo da oração subordinada. É empregue tanto nas subordinadas substantivas, como nas adjetivas e nas adverbiais.

3. Fronteiras entre indicativo e conjuntivo

Estabelece-se uma relação na seleção do modo conjuntivo e modo indicativo com o grau de crença, isto é, com o grau de crença veiculado pelo enunciado, assim, associa-se o indicativo a um grau elevado de crença na verdade da proposição (frases declarativas), porquanto a seleção do conjuntivo acontece quando o grau de crença for dado como nulo ou fraco (cf. Rui Marques, 2006).

(243) *É possível que ele chegue a tempo.*

(244) *Ele chegou a tempo.*

Para Cunha e Cintra (*op.cit*) “ao empregarmos o modo conjuntivo, (...) encaramos a existência do facto como uma coisa incerta, duvidosa, eventual ou mesmo irreal”.

Atentemos, então, aos exemplos que se seguem adaptados de Maria Marques (2001:8):

(245) *O José quer uma camisola que tem gola azul.*

(246) *O José quer uma camisola que tenha gola azul.*

Em (245) quando usamos o indicativo, fazemos uma leitura específica, clara em que o locutor já conhece a camisola, ou melhor, ela existe. Ao contrário em (246), com o conjuntivo fazemos uma leitura de que o locutor não sabe se existe uma camisola com as características que deseja, sendo possível ou não sendo possível.

Outro dado a reter ao estabelecermos as balizas nas ocorrências de conjuntivo e do indicativo é ver que o conjuntivo ocorre, obrigatoriamente em construções de

subordinação, isto é, por estar a sua interpretação associada a uma oração subordinante, distinguindo-se o conjuntivo do indicativo.

Para Bosque e Demonte (1999:3215) é comum ouvir-se que existe uma diferença de significado entre os modos indicativo e conjuntivo. Contudo, não existe correspondência unívoca entre as duas classes de variação morfológica que constituem os modos indicativo e conjuntivo e dois conteúdos bem definidos de modalidade. Por exemplo, uma forma do conjuntivo como *cantasse* pode utilizar-se tanto na expressão de desejo como na de probabilidade. É preciso estabelecer se só há uma diferença de significado modal entre indicativo e conjuntivo ou se, pelo contrário, tal como defendem (cf. Alarcos Llorca 1970, Mariner 1971,1972, Veiga 1988) existem outras oposições que possamos considerar que funcionam com independência da oposição entre indicativo e conjuntivo.

De acordo com Bosque e Demonte (1999:3216) em termos gerais, a distinção existente entre as formas do indicativo *canto*, *cantava* e conjuntivo *cante*, *cantasse* num modo e noutro é de carácter temporal.

Os autores chamam a atenção para que o significado da oposição indicativo vs conjuntivo não se possa deduzir do exame de um conjunto restrito de construções em que apareça, se não de todos os seus empregos.

Da mesma forma, o significado transmitido mediante a distinção indicativo vs conjuntivo é precisado em cada construção que o conjuntivo passa a representar a eventualidade, a irrealidade ou simplesmente a ausência da asserção independente (1999:3218).

Bosque e Demonte (1999:3219) reiteram que “provavelmente a explicação mais geral sobre a oposição entre indicativo e conjuntivo é a que sustenta que o indicativo se utiliza quando há asserção, ao passo que o conjuntivo é o modo que se emprega quando não há asserção ou esta não é suficientemente independente”

Esta explicação provável dada por Bosque e Demonte (*op.cit*), não é de todo funcional para o estabelecimento da distinção cabal das fronteiras entre o indicativo e o conjuntivo. Porque casos há em que se esperaria a ocorrência de conjuntivo, ocorre o indicativo e noutros se esperaria o indicativo, ocorre o conjuntivo:

(249) *Penso que os peixes têm asas.*

(250) *Lamento que a Josefina tenha ficado.*

De acordo com Klein (1974 e 1990), Hooper (1975), Bybee e Terrell (1990) o conjuntivo é selecionado em enunciados não assertivos; o indicativo ocorre em enunciados assertivos.

4. Análise de corpus

Para este trabalho, consideramos o corpus escrito, inquérito sociolinguístico dirigido aos estudantes universitários angolanos (Universidade Lueji A'nkonde IV região académica-Angola) e as entrevistas, corpus oral de Português de Angola (Chavagne 2005).

Selecionamos três tempos verbais do conjuntivo com duas frases para cada caso: presente do conjuntivo, imperfeito do conjuntivo, futuro do conjuntivo. O teste foi aplicado a 32 estudantes universitários, conforme a produção induzida abaixo:

1. Espero que ele _____ (ir) às manifestações do Fenacult.

1.1. Vai (PLM= 42,8%; PLS=53,8%); Vá (PLM=57,1%; PLS=46,1%)

2. O povo espera do governo boas ações que _____ (estar) à altura das exigências.

2.1. Estão (PLM=28,5%; PLS=38,4%); Estejam (PLM=71,4%; PLS=61,5%)

3. De acordo com as notícias, nada está perdido, se eu _____ (ver) o menino não me aguentaria.

3.1. Vesse (PLM=85,7%; PLS=76,9%); Visse (PLM=14,2%; PLS=23%)

4. O povo queria que a filha da rainha _____ (manter) a fortuna no Banco privado.

4.1. Mantesse (PLM=28,5%; PLS=69,2%); Mantivesse (PLM=71,4%; PLS=30,7%)

5. Olha mana! Diga ao seu filho que se _____ (pôr) a lapiseira na fogueira ela derrete.

5.1. Pôr (PLM=51,1%; PLS=61,5%); Puser (PLM=42,8%; PLS=38,4%)

6. Os novos regulamentos preveem que quem _____ (ser) apanhado a cabular fique em casa durante dois anos.

6.1. Ser (PLM=85,7%; PLS=76,9%); For (PLM=14,2%; PLS=23%)

Os dados percentuais ilustram e atestam o uso do indicativo em contextos em que se esperaria, obrigatoriamente, o uso do conjuntivo, referimo-nos aos inquérito

sociolinguístico escrito de produção induzida e à entrevista que constitui o corpus oral de Português de Angola, cujo autor é Chavagne.

Nas construções (3, 5 e 7) era expeável o uso obrigatório do conjuntivo ao invés do indicativo, pelo facto de as mesmas indicarem uma possibilidade ou condição que, realmente, depende de uma outra.

7. (...) *Estou assim parado, e espero que as condições **melhoram** a fim de poder dar continuidade da minha modalidade* (Ba01-Chavagne, p.11).

Em construções subordinadas finitas completivas introduzidas pela integrante *que* e pela locução conjuncional *desde que* (1, 2 e 8) verificamos o uso do indicativo em contextos que rigorosamente pedem o conjuntivo.

8. *Não concordo com isso, quer dizer, é difícil viver, sim senhor desde que **se trabalha** pelo estado (...)* (Ju44-Chavagne, p.145).

É notável também a ocorrência do imperfeito do conjuntivo desviante em formas verbais supletivas, sobretudo com verbos *ser*, *manter*, *pôr* e *ver* (cf.4 e 10) e do infinitivo em contexto de uso obrigatório do futuro do conjuntivo (cf.6).

10. *Ah, tá tudo bem inclusive lá o homem da dina portanto dos bombeiros para ver se ele **vesse** o caso* (L097-Chavagne, p.206).

Considerações finais

Há vários critérios semânticos a considerar para a distinção do uso do conjuntivo e do indicativo, destes critérios, nesta análise, tivemos em conta os de grau de crença: maior ou menor grau, assertividade: asserção ou não asserção, hipotético ou real.

Com base nos exemplos analisados dos *corpora*, notámos que há uma tendência de não haver uma distinção nítida no uso do indicativo em vez do conjuntivo, pelos falantes do Português em Angola, seja qual for o seu estatuto de falante (Português Língua Materna/ Português Língua Segunda), e nalguns casos, esta dificuldade em estabelecer a distinção afeta também falantes com níveis altos de escolaridade, a julgar pelos dados analisados que ilustram que quer os que têm português como LM, quer os que o têm como LS apresentam as mesmas dificuldades no uso do conjuntivo de acordo com a norma padrão europeia.

Pensamos também que a substituição do uso do conjuntivo pelo indicativo pode ser explicada pelo efeito de “produtividade”, ou seja, o conjuntivo é quase sempre

substituído por indicativo pelo facto de os falantes acharem ser mais produtivo e veicular a informação que pretendem sem que se use o conjuntivo em contextos obrigatórios.

Apesar de alguns falantes terem o português como LM, mas não fazerem o uso do conjuntivo em contextos em que é obrigatório, substituindo-o pelo indicativo, fatores sociolinguísticos e de uma irregular aquisição/aprendizagem podem estar subjacentes nestes usos, destacando-se também a forma típica do português de Angola estar a contactar com estruturas sintático-semânticas que são diferentes das línguas locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bosque, Ignacio.; Demonte, Violeta. 1999. *Gramática Descriptiva de la Lengua Espanola*. 1ª Edição. Editorial Espasa Calpe. Madrid.

BYbee, Joan.; Terrell, Tracy D. 1990. “Análisis semântico del modo en español” .In: Ignacio Bosque ed.).-*Indicativo y subjuntivo*. Taurus Universitaria.

Cabral, Lisender Augusto V. 2005. *Complementos verbais preposicionados do Português em Angola*. Dissertação de Mestrado em Linguística, FLUL, Universidade de Lisboa.

Junior, Joaquim Mattoso C. 1968. *Dicionário de Filologia e Gramática*. 3ª Edição. Revista e aumentada. Rio de Janeiro: Padrão.

Junior, Joaquim Mattoso C. 1979. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Padrão.

Junior, Joaquim Mattoso C. 1985. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Padrão.

Chavagne, Jean P. 2005. *La langue Portugaise d'Angola: étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais*. Tese de Doutoramento. Université Lumière:Lyon.

Costa, António F. da 2006. *Rupturas Estruturais do Português e Línguas Bantu em Angola- Para uma análise Referencial*. Universidade Católica de Angola UCAN).

Cunha, Celso; Cintra, Lindley. 1984b. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa, 18ª Edição.

Fonseca, Fernanda I. 1970. *Para o Estudo dos valores do Conjuntivo em Português Moderno*. Dissertação de Licenciatura, Universidade de Coimbra.

Hooper, Joan B. 1975. “On assertive predicates”. In P.Kimball ed); *Syntax and semantics* 4; NY; academic press. pp 91-124.

Klein, Flora 1975. “Pragmatic constraints in distributions: the spanish subjunctive”; papers from the IIth regional meeting. Chicago Linguistic Society, pp.335-565.

Klein, Flora. 1990. “Restricciones pragmáticas sobre la distribución del subjuntivo en español”. In: Ignacio Bosque ed.) *Indicativo y subjuntivo*. Taurus Universitaria.

Marques, Rui. 1995. *Sobre o valor dos modos Conjuntivo e Indicativo em Português. Dissertação de Mestrado em Linguística*, FLUL, Universidade de Lisboa.

Marques, R. 2006. *Sobre a semântica dos Tempos do Conjuntivo*. Lisboa. In: PTDC/LIN/68463/2006. Pp 549-565.

Marques, Maria Luísa Dias L. 2001. *O modo conjuntivo e a expressão de Tempo em Frases Completivas*. Dissertação de Mestrado Universidade do Porto.

Mingas, Amélia A. 1998. *O português em Angola: Reflexões*, In: VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa vol.1). Macau Centro: Centro Cultural da Universidade de Macau. 109-126.

Nauage, João M. 2015. *Aquisição da Competência Lexical na Aprendizagem do Português-L2*. Dissertação de Mestrado em Linguística, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

Figueiredo, José N. de; Almendra, Maria Ana 1977. *Compêndio da gramática Latina*. Porto Editora

Oliveira, Fátima. 2003. “Modalidade e Modo”. In: Mateus, Maria Helena Mira *et. al Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 7ª Edição. Pp.243-272

Raposo, Eduardo. *et al* 2013. *Gramática do Português, volume I*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1ª Edição.

